



236

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº: 0284.247-7 - Recife

Agravante(s): DER/PE - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco

Procurador: Izac Oliveira de Menezes Júnior

Agravado(s): ABF Viagens Ltda.

Advogado: Roberto Jorge Alexandre SP205714

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS SEM AUTORIZAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE ESTAR PORTANDO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO. DESCUMPRIMENTO. FUTURAS ABORDAGENS. ÓBICE À ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO. LIMITAÇÃO AO PODER DE POLÍCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ORDEM JUDICIAL NESSE SENTIDO. SEGURANÇA NO TRÁFEGO. RELEVÂNCIA DO INTERESSE PÚBLICO ENVOLVIDO. AGRAVO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Versa a presente lide acerca da lavratura de auto de infração de trânsito pela suposta prática, pela ora recorrida, de transporte intermunicipal de passageiros sem a correspondente autorização do órgão competente, que implicou na cominação de multa, com fundamento na alínea "a" do inciso VI do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00, alterado pelo Decreto nº 28.010/05.

2. Do compulsar dos autos, verifica-se que, por ocasião de abordagem do veículo de placas KFW7434, de propriedade da empresa agravada, fiscais do DER-PE, após verificar situação de transporte intermunicipal (Santa Cruz do Capibaribe a São José do Egito) de passageiros, constataram a não comprovação da autorização para a prestação daquele serviço, autuando-o com fundamento na alínea a do inciso VI do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 28.010/05.

3. No que pertine ao aspecto formal do auto de infração em apreço, observa-se a sua regularidade, porquanto lavrado por autoridade competente e preenchidos os campos obrigatórios, essenciais à caracterização do ato, indicação do dispositivo violado e identificação do veículo, condutor, proprietário e agente de fiscalização.

4. No que pertine ao aspecto material, ao menos a um exame prefacial da lide, entendo que o auto de infração impugnado igualmente não mereça repreensão. De fato, a infração constatada trata-se da prestação de serviços de transporte de passageiros sem a devida autorização do DER-PE, penalizada com multa pelo Decreto nº 22.616/00 e pela Lei nº 13.254/07.

5. Malgrado a empresa agravada, à época da lavratura do auto de infração, possuísse a autorização para a prestação do serviço de transporte coletivo intermunicipal na categoria serviço especial (fl. 40), o condutor do veículo não estava portando a correspondente licença no momento da abordagem, o que, evidentemente, obstou a constatação, por parte do agente fiscalizador, da alegada regularidade do serviço. Frise-se que, diante da impossibilidade do fiscal do DER-PE em aferir a veracidade das alegações do condutor do veículo, porquanto ausente documentação comprobatória, outra conduta não seria exigível senão a lavratura do respectivo auto de infração.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

6. Do próprio "certificado de registro de veículo - serviço turístico e especial" consta observação no sentido de que ele só tem validade se acompanhado dos documentos de autorização de licença especial e apólice de seguro de responsabilidade civil, sendo certo, ademais, que a Lei nº 13.254/07, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, disciplina que o cabimento da multa gravíssima, aplicada à empresa agravada, com fundamento na alínea a do inciso VI do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00, dá-se quando o serviço de transporte ocorre quando o condutor do veículo não se encontre na posse do certificado de registro da empresa e autorização de viagem. Diante da constatação do cabimento da multa em espécie, porquanto, malgrado a empresa fosse autorizada a prestar o serviço de transporte coletivo intermunicipal, não portava a respectiva licença por ocasião da fiscalização, não se justifica a manutenção da suspensão da exigibilidade da multa deferida pelo Juízo de Piso.

7. No que pertine, por seu turno, à imposição feita ao DER-PE e à EPTI - Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal de abstenção da aplicação das penalidades de multa, retenção e/ou apreensão dos veículos de propriedade da empresa autora/agravada na eventualidade de futuras abordagens pelos agentes de fiscalização, é de se ressaltar a manifesta ausência de razoabilidade desse provimento, por representar invasão no Poder de Polícia administrativa e, em consequência, risco à segurança/eficiência do serviço de transporte coletivo de passageiros. Ora, a exigência da apresentação pelos condutores dos veículos que fazem o transporte intermunicipal de passageiros da documentação comprobatória da regularidade cadastral e a previsão de fiscalização do cumprimento dessas exigências são medidas que se impõem pela relevância do interesse público envolvido.

8. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

01

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 284247-7, da Comarca de DER/PE - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco e, como agravado, a ABF Viagens Ltda., Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público em dar provimento ao recurso em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de julho de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



231

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento nº: 0284.247-7 - Recife
Agravante(s): DER/PE - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco
Procurador: Izac Oliveira de Menezes Júnior
Agravado(s): ABF Viagens Ltda.
Advogado: Roberto Jorge Alexandre SP205714
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pelo DER/PE - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco em face de ABF Viagens Ltda., impugnando decisão interlocutória da lavra do MM. Juiz da Vara Única da Comarca de São José do Egito, Dr. Luiz Célio de Sá Leite, prolatada nos autos da Ação Ordinária tombada sob o nº 0000742-17.2012.8.17.1340.

O Magistrado, através da decisão questionada (fls. 93/96), antecipou, parcialmente, os efeitos da tutela, determinando: 1) a suspensão da exigibilidade, até a consolidação do contraditório, do auto de infração de transporte de passageiros e 2) que o DER-PE e a EPTI se abstivessem de aplicar o contido no art. 47 do Decreto Estadual nº 22.616/00 aos veículos da empresa requerente, até a consolidação do contraditório, sob pena de multa de R\$500,00 por dia de atraso no cumprimento da decisão.

Relata que o ora agravado ajuizou a ação originária objetivando a anulação de auto de infração contra si lavrado em virtude da realização de transporte de passageiros sem a devida autorização do DER-PE.

Assevera, em síntese:

1) Que o auto de infração impugnado apresenta regularidade formal, porquanto preenche todos os requisitos exigidos pelo Decreto nº 20.616/00;

2) Que, malgrado o Código de Trânsito Brasileiro não se aplique à lavratura de autos de infração relativos ao transporte de passageiros, o auto de infração lavrado contra o recorrido atendeu inteiramente os requisitos do artigo 280 do CTB;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

3) Que o fato narrado na autuação em apreço foi constatado por declaração do agente do DER-PE, o que é suficiente para imprimir-lhe regularidade;

4) Que, diferentemente do que foi deduzido pelo Juízo *a quo*, a alínea "a" do inciso IV do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00 existe e encontra-se em pleno vigor e, ainda que houvesse a menção equivocada de um inciso de artigo de lei, tal evento não seria suficiente para gerar a nulidade do auto de infração se a descrição da conduta ilícita permite a adequada defesa por parte do infrator;

5) Que a própria Lei de Concessões (Lei nº 8.997/95) é um fundamento legal suficiente para aplicação das penalidades previstas nos regulamentos e contratos de prestação de serviços públicos;

6) Que, desde a edição da Lei nº 13.254/07, que estruturou o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, as penalidades aplicadas aos infratores possuem esteio legal, estando a multa pela prestação do serviço sem a devida permissão disciplinada no artigo 23;

7) Que não pode o Judiciário, a pretexto de proteger a livre iniciativa, conceder salvo conduto aos prestadores de serviço de transporte que atuam à margem da lei, porquanto a prestação de serviços públicos mediante contrato de concessão ou permissão está sujeita a um maior controle por parte do Estado;

8) Que o serviço de transporte intermunicipal de passageiros é dotado de um alto grau de interesse público, mormente porque está a condensar valores fundamentais, como a vida dos passageiros transportados e a segurança e tranquilidade dos demais condutores nas rodovias estaduais.

Pugna, liminarmente, pela concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e, ao final, pelo seu provimento, com a integral reforma da decisão agravada.

Em decisão interlocutória de fls. 210/212-v, esta Relatoria deferiu o efeito suspensivo almejado.

Instado a apresentar suas contrarrazões, o agravado deixou transcorrer *in albis* o prazo legal, consoante se infere da certidão de fl. 221.

Em parecer exarado às fls. 227/228, a representante do *Parquet* opinou pelo provimento do recurso.

É o que de importante se tem a relatar.



232

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Insira-se em pauta de julgamento.

Recife, 04 de junho de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

237

01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento nº: 0284.247-7 - Recife
Agravante(s): DER/PE - Departamento de Estradas e Rodagem do
Estado de Pernambuco
Procurador: Izac Oliveira de Menezes Júnior
Agravado(s): ABF Viagens Ltda.
Advogado: Roberto Jorge Alexandre SP205714
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Versa a presente lide acerca da lavratura de auto de infração de trânsito pela suposta prática, pela ora recorrida, de transporte intermunicipal de passageiros sem a correspondente autorização do órgão competente, que implicou na cominação de multa, com fundamento na alínea "a" do inciso VI do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00, alterado pelo Decreto nº 28.010/05.

A ora agravada ajuizou a ação originária, pleiteando, em sede de antecipação da tutela, a suspensão da exigibilidade da multa cominada no auto de infração objeto de questionamento, bem assim a abstenção, dali por diante, por parte dos agentes do DER-PE, das condutas de multar e apreender ou reter os veículos de sua propriedade.

No exercício de um juízo de cognição sumária, penso que a decisão do Juízo *a quo* não merece prosperar. Vejamos o porquê.

Do compulsar dos autos, verifica-se que, por ocasião de abordagem do veículo de placas KFW7434, de propriedade da empresa agravada, fiscais do DER-PE, após verificar situação de transporte intermunicipal (Santa Cruz do Capibaribe a São José do Egito) de passageiros, constatou a não comprovação da autorização para a prestação daquele serviço, autuando-o com fundamento na alínea "a" do inciso VI do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 28.010/05.

No que pertine ao aspecto formal do auto de infração em apreço, observa-se a sua regularidade, porquanto lavrado por autoridade competente e preenchidos os campos obrigatórios, essenciais à caracterização do ato, indicação do dispositivo violado e identificação do veículo, condutor, proprietário e agente de fiscalização.

AI 284.247-7



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

No que pertine ao aspecto material, ao menos a um exame prefacial da lide, entendo que o auto de infração impugnado igualmente não mereça repreensão.

De fato, a infração constatada trata-se da prestação de serviços de transporte de passageiros sem a devida autorização do DER-PE, penalizada com multa pelo Decreto nº 22.616/00 e pela Lei nº 13.254/07.

Cumpre ressaltar que, *in casu*, malgrado a empresa agravada, à época da lavratura do auto de infração, possuisse a autorização para a prestação do serviço de transporte coletivo intermunicipal na categoria serviço especial (fl. 40), o condutor do veículo não estava portando a correspondente licença no momento da abordagem, o que, evidentemente, obstou a constatação, por parte do agente fiscalizador, da alegada regularidade do serviço.

Frise-se que, diante da impossibilidade do fiscal do DER-PE em aferir a veracidade das alegações do condutor do veículo, porquanto ausente documentação comprobatória, outra conduta não seria exigível senão a lavratura do respectivo auto de infração.

Advirta-se que do próprio "certificado de registro de veículo - serviço turístico e especial" consta observação no sentido de que ele só tem validade se acompanhado dos documentos de autorização de licença especial e apólice de seguro de responsabilidade civil, sendo certo, ademais, que a Lei nº 13.254/07, que estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, disciplina que o cabimento da multa gravíssima, aplicada à empresa agravada, com fundamento na alínea *a* do inciso VI do artigo 47 do Decreto nº 22.616/00, dá-se quando o serviço de transporte ocorre quando o condutor do veículo não se encontre na posse do certificado de registro da empresa e autorização de viagem. Leia-se os dispositivos diretamente vinculados à presente matéria litigiosa:

• **LEI Nº 13.254, DE 21 DE JUNHO DE 2007.**

(Estrutura o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco, autoriza a criação da Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal - EPTI, e dá outras providências.)

Art. 3º O Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros realizado no Estado de Pernambuco é serviço público, prestado sob regime de concessão, permissão ou autorização, observada a legislação pertinente.

Art. 6º O Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros fica assim classificado:

238
r

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

(...) **III - Serviços Especiais - os que são executados através de contratos de aluguel ou fretamento, objetivando atender o transporte de turismo, de escolares, trabalhadores e quaisquer outras categorias que usufruam, em grupo, de serviço de transporte intermunicipal, sem característica de linha regular.**

Art. 22 As infrações aos preceitos desta Lei sujeitarão o transportador às seguintes penalidades:

I - multa;

II - retenção;

III - apreensão de veículo;

IV - declaração de caducidade da concessão ou permissão ou cassação da autorização.

Art. 23 As multas pelas infrações abaixo tipificadas, são classificadas em Grupos e seus valores serão calculados tendo como referência o coeficiente tarifário vigente para o serviço convencional regular de característica rodoviária, em piso pavimentado, de acordo com o seguinte critério:

(...) **IV - valor correspondente a 24.000 (vinte e quatro mil) vezes o coeficiente tarifário, nos casos em que o transportador, pessoalmente ou através de dirigente, empregado, preposto ou qualquer pessoa que atue em seu nome:**

(...) **b) realize os serviços de transporte intermunicipal de passageiros sem prévia concessão, permissão ou autorização da EPTI, ou, em se tratando de serviços especiais de fretamento eventual ou turístico, quando:**

(...) **6. o veículo não portar, durante a viagem, a nota fiscal correspondente ao serviço prestado e cópia do registro cadastral da empresa e da respectiva autorização de viagem.**

Diante da constatação do cabimento da multa em espécie, porquanto, malgrado a empresa fosse autorizada a prestar o serviço de transporte coletivo intermunicipal, não portava a respectiva licença por ocasião da fiscalização, não se justifica a manutenção da suspensão da exigibilidade da multa deferida pelo Juízo de Piso.

No que pertine, por seu turno, à imposição feita ao DER-PE e à EPTI - Empresa Pernambucana de Transporte Intermunicipal de abstenção da aplicação das penalidades de multa, retenção e/ou apreensão dos veículos de propriedade da empresa autora/agravada na eventualidade de futuras abordagens pelos agentes de fiscalização, é de se ressaltar a manifesta ausência de razoabilidade desse provimento, por representar invasão no Poder de Polícia administrativa e, em consequência, risco à segurança/eficiência do serviço de transporte coletivo de passageiros. Ora, a exigência da apresentação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

pelos condutores dos veículos que fazem o transporte intermunicipal de passageiros da documentação comprobatória da regularidade cadastral e a previsão de fiscalização do cumprimento dessas exigências são medidas que se impõem pela relevância do interesse público envolvido.

Ante o exposto, VOTO PELO PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO.

Recife, 03 de julho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator